



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

RESOLUÇÃO FD Nº 003/2025

RESOLUÇÃO Nº 003/2025

Atualiza a Resolução nº 002/2020 e regulamenta as atividades complementares do Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, nível Mestrado e Doutorado, da Universidade Federal de Goiás.

A COORDENADORIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO AGRÁRIO (PPGDA), no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, aprovado pela Resolução CEPEC/UFG nº 1847, de 08 de dezembro de 2023;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização permanente das normas acadêmicas, a partir da experiência acumulada desde a edição da Resolução nº 002/2020, especialmente quanto à adequação dos critérios de avaliação das atividades complementares;

CONSIDERANDO a importância de fortalecer a produção científica como eixo estruturante da formação de mestres e doutores, conferindo maior relevância às publicações qualificadas, à participação em eventos científicos e às demais práticas acadêmicas que promovam a difusão do conhecimento;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir maior objetividade, segurança jurídica e previsibilidade aos discentes, docentes e à secretaria acadêmica quanto aos critérios para integralização curricular;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios mais precisos, distribuídos por limites anuais e quadrianuais, que evitem acúmulos indevidos, sobreposição de atividades e interpretações divergentes;

CONSIDERANDO a importância de incentivar a participação dos discentes em atividades estruturantes do PPGDA, tais como grupos de pesquisa, projetos de apoio institucional, ações extensionistas e colaboração em atividades acadêmicas vinculadas ao Programa;

CONSIDERANDO o dever institucional de assegurar que a produção científica do Programa observe padrões éticos e de qualidade, incluindo a vedação a publicações em periódicos ou editoras considerados predatórios;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar tratamento isonômico e coerente entre os níveis de mestrado e doutorado, definindo produções mínimas obrigatórias compatíveis com o nível de formação e garantindo o adequado acompanhamento da trajetória acadêmica dos discentes;

CONSIDERANDO a pertinência de harmonizar as atividades complementares às diretrizes de avaliação da CAPES, reforçando o compromisso com a excelência acadêmica, a responsabilidade pública e a função social da pós-graduação;

CONSIDERANDO que a atualização normativa contribui para a transparência, a eficiência da gestão acadêmica e o fortalecimento do PPGDA enquanto programa de referência na área do Direito Agrário;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam instituídos, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário (PPGDA) da Universidade Federal de Goiás, os novos critérios de avaliação e integralização das Atividades Complementares para os cursos de Mestrado e Doutorado, conforme regras, limites, pontuações e exigências mínimas estabelecidos nesta Resolução e em seus anexos.

§1º As atividades complementares serão computadas com base no sistema de pontos e créditos aqui definido;

2º As produções mínimas obrigatórias para mestrado e doutorado, bem como os limites de pontuação para cada espécie de atividade acadêmica, técnica ou extensionista, obedecerão aos parâmetros previstos nesta Resolução;

Art. 2º - As atividades complementares são obrigatórias para a integralização curricular do PPGDA, tendo como finalidades a ampliação da qualificação do discente, o fomento da produção científica nacional e internacional e a contribuição acadêmica às atividades relacionadas ao Programa.

1º - O Estágio Docência é obrigatório e regulamento por outra resolução;

2º - Não serão aproveitadas atividades complementares realizadas fora do período de vínculo do aluno, mesmo quando realizadas em mesmo nível ou no mesmo programa.

Art. 3º - As atividades complementares são computadas conforme tabela constante do Anexo I desta Resolução.

1º - Em nível de Mestrado, a integralização dos créditos ocorrerá somente após atingido o total de 8 (oito) pontos, que corresponderão a 4 (quatro) créditos, conforme Anexo I, e será condicionada à apresentação dos documentos comprobatórios à Secretaria do Curso.

I - O discente de Mestrado deve, no mínimo:

- a) apresentar 1 (uma) produção científica de cunho bibliográfico ou técnico;
- b) participar de 1 (um) projeto de apoio ao PPGDA;
- c) assistir a 2 (duas) bancas de qualificação e/ou defesa de Mestrado e/ou Doutorado do PPGDA.

§2º - Em nível de Doutorado, a integralização dos créditos ocorrerá somente após atingido o total de 20 (vinte) pontos, que corresponderão a 8 (oito) créditos, conforme Anexo II, e será condicionada à apresentação dos documentos comprobatórios à Secretaria do Curso.

I - O discente de Doutorado deve, no mínimo:

- a) apresentar 2 (duas) produções científicas de cunho bibliográfico ou técnico;
- b) participar de 2 (dois) projetos de apoio ao PPGDA;
- c) assistir a 4 (duas) de qualificação e/ou defesa de Mestrado ou Doutorado do PPGDA, sendo 2 (duas) a nível doutoral.

§3º - As produções bibliográficas devem ser apresentadas em coautoria com docente permanente do PPGDA, preferencialmente o orientador.

I - A critério da Coordenação do Programa, excepcionalmente será admitida, para fins de pontuação e aquisição de créditos, publicação sem coautoria com docente.

§4º As produções científicas serão desconsideradas, para fins de pontuação, caso sejam vinculadas em periódicos ou editoras com práticas consideráveis predatórias, a critério da Coordenação.

§5º - São consideradas atividades de apoio ao PPGDA:

I - Integração de comissões institucionais;

II - Composição do corpo técnico da Revista da Faculdade de Direito;

III - Participação de comissões organizadoras de eventos organizados pelo Programa;

IV - Participação como membro de grupo de trabalho para apoio no Coleta Sucupira;

V - Participação em Grupos de Trabalho ou Projetos, homologados como de interesse institucional pela CPG;

VI - Auxílio na elaboração e atualização das normas do Programa;

VII - Outras atividades de apoio técnico ou administrativo ao Programa, a critério da Coordenação.

§6º - As atividades de participação em evento, apresentação e publicação, quando referentes a um mesmo trabalho, serão contabilizadas uma única vez, sendo considerada a pontuação de maior valor.

§7º - Deverão ser respeitados os limites máximos de pontuação, conforme previsto na tabela do Anexo.

Art. 4º - A Secretaria do Curso receberá a documentação para fins de integralização somente quando atingidos os créditos necessários.

Art. 5º - A presente Resolução revoga a Resolução PPGDA nº 002/2020, bem como as demais disposições em contrário, e entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único - Os discentes que ingressaram até presente data poderão optar pelo regime da Resolução PPGDA nº 002/2020 ou pelo novo regime, ora estabelecido.

Art. 6º - Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Comissão de Pós-Graduação do PPGDA.

Goiânia, data da assinatura eletrônica.

Rabah Belaidi

Coordenador do Programa de Pós-graduação em Direito Agrário
Faculdade de Direito - UFG

ANEXO I

ATIVIDADES	PONTOS	LIMITE
Palestrante em evento científico internacional fora do Brasil	2	2 por quadriênio
Palestrante/conferencista em evento científico internacional	1,5	2 por quadriênio
Organização de evento científico internacional	1,5	1 por ano
Palestrante/conferencista em evento científico nacional	1	1 por ano
Organização de evento científico nacional	1	1 por ano
Membro de corpo editorial em área de atuação	1	1 por ano
Membro de corpo editorial da RFD/UFG	1	1 por edição
Parecerista/revisor de artigos para periódicos científicos	0,5	2 por ano
Participação em banca examinadora para concurso público de professores	1	1 por ano
Participação em ação ou atividade extensionista vinculadas ao PPGDA	0,5	1 por ano
Participação em projeto de extensão cadastrado na UFG	1	1 por ano
Participação comprovada em Grupo de Pesquisa	0,5	1 por ano
Atuação em Equipe de Apoio ao PPGDA (acima do mínimo exigido)	2	–
Outras espécies de produção técnica não elencadas	1	1 por ano
Resumo expandido publicado em anais de evento	0,5	1 por ano
Trabalho completo publicado em anais de eventos nacionais	0,75	1 por ano
Trabalho completo publicado em anais de eventos internacionais	1	1 por ano
Artigo em periódico QUALIS B5 ou indexados na BASE	1	–
Artigo em periódico QUALIS B4 ou indexados na Google Scholar	1	–
Artigo em periódico QUALIS B3 ou indexados na Diadorim ou LivRe	2	–
Artigo em periódico QUALIS B2 ou indexados na DOAJ ou RedIB	2	–
Artigo em periódico QUALIS B1 ou indexados na Redalyc ou LILACS	3	–
Artigo em periódico QUALIS A4 ou indexados na Latindex ou AmeliCA	4	–
Artigo em periódico QUALIS A3 ou indexados na Elsevier (Web of Science)	5	–
Artigo em periódico QUALIS A2 ou indexados na SCOPUS	6	–
Artigo em periódico QUALIS A1 ou indexados na SciELO	7	–
Capítulo de livro	2	–
Livro completo (em coautoria)	6	–
Livro completo (individual)	8	–



Documento assinado eletronicamente por **Rabah Belaidi, Coordenador de Pós-Graduação**, em 15/12/2025, às 19:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5861003** e o código CRC **A0795A6F**.